

Prejuízos Causados pela Evasão na Formação de Novos Engenheiros

Roberto Lobo

15 de maio de 2016

Em 2009, as taxas de crescimento do Brasil indicavam a possibilidade de haver um apagão no número de engenheiros capazes de levar adiante os ambiciosos programas representados pelo Pré-Sal e, principalmente, o PAC.

Por essa razão levantei essa preocupação em artigo publicado na imprensa, cuja repercussão impulsionou o já existente estudo de incentivo à Engenharia no âmbito da CAPES. Na ocasião, foi criado um grupo de trabalho pela CAPES para elaborar uma proposta concreta cujo objetivo era aumentar o número e a qualidade dos engenheiros formados no Brasil, o “Pró Engenharia”, cuja proposta foi apresentada ao então Ministro da Educação, que não deu o andamento esperado ao projeto.

Naquela ocasião os estudos demonstravam que o maior problema que inibia uma produção maior de bacharéis engenheiros era a evasão bastante alta, principalmente no setor privado. No estudo calculou-se uma evasão anual de 19% nos cursos de Engenharia em 2010/2011, sendo 14% no setor público e 22% no privado.

Embora a trajetória econômica do Brasil tenha sofrido uma desaceleração a partir de 2011, com inclinação fortemente negativa nos últimos anos - reduzindo a demanda por novos engenheiros – o problema da evasão nos cursos de Engenharia permaneceu séria, e até mais grave do que naquela ocasião. Além do mais, temos que acreditar que o pior está passando e que em breve o País voltará a crescer e precisará dessa mão de obra pronta e bem qualificada.

Com a divulgação pela imprensa dos debates referentes às necessidades de novos engenheiros, juntamente com programas de incentivo à Engenharia (como exemplo cito o Programa “Ciências sem Fronteiras” e a prioridades dada à Engenharia pelo FIES), a demanda pelos cursos cresceu acima da extração histórica que se fazia em 2010. Ao invés da projeção de 294 mil ingressantes em 2014, tivemos na verdade 380 mil.

No entanto, contrariando a projeção do número de formados de 95 mil, como se esperaria segundo as mesmas projeções, formaram-se somente 68 mil novos engenheiros em 2014.

A razão é simples: a demanda pelos cursos de Engenharia acendeu a ambição do setor privado que criou novos cursos e ampliou a oferta de vagas, passando de 124 mil ingressantes no ano 2010 para 300 mil em 2014 (mais de 100%), enquanto o setor público, que também cresceu significativamente, passou de 52 mil em 2010 para 67 mil em 2014 (30% de crescimento).

Mais significativo ainda é o grande número de vagas ofertadas e de novos ingressantes no setor privado com fins lucrativos, que recebeu, em 2014, 163 mil novos estudantes.

Se a eficácia na formação de novos engenheiros fosse semelhante ao que ocorria no setor privado em 2010, com as mesmas taxas de evasão apresentadas por esse setor, o problema da evasão seria sério, mas menos dramático.

Acontece que a evasão anual no setor privado calculado para o biênio 2013/2014 aumentou para 27%, sendo de 24% no setor sem fins lucrativos e 31% nas IES com fins lucrativos.

Isso mostra a enorme ineficiência do setor privado na formação de engenheiros, fazendo com que a taxa de titulação tenha caído de 45% em 2010 para cerca de 35% em 2014, ou seja, para cada 100 estudantes que ingressam no primeiro ano, somente 35 se formam!

Além desses indicadores demonstrarem um grande desperdício de recursos dos alunos que acabam por abandonar o curso depois de pagarem mensalidades por alguns anos, e perdas para o governo que financia esses estudantes e as instituições, sem que eles se formem, há um claro

descompromisso das IES com a responsabilidade de, tendo recebido o estudante, cumprirem a obrigação de envidar todos os esforços para que seus estudantes tivessem sucesso.

Não se pode simplisticamente atribuir esses índices de evasão somente a problemas financeiros – as PUC's, exigentes academicamente e com com mensalidade altas apresentam índices de evasão média (2013/2014) nos cursos de Engenharia de 18%!

Não é justo viabilizar financeiramente um curso às custas do abandono de muitos estudantes que encheram as classes dos primeiros anos financiando, com seu fracasso, os poucos colegas mais bem-sucedidos do que eles, gerando um lucro “deformado” sob a ótica social que só beneficia a instituição que não soube cumprir adequadamente sua missão.

Uma redução de 20% da evasão anual reflete em um aumento de 20% no número de concluintes! Programas de ataque à evasão nas Engenharias deveriam ser exigências do governo para o financiamento desses cursos.

Programas de acompanhamento dos novos estudantes, reorganização curricular como já se verifica em muitos países, com programas que envolvam, desde o início, o estudante com problemas de Engenharia, despertem sua criatividade e curiosidade desde cedo, em paralelo com a formação científica, servem para todas as instituições que oferecem cursos de Engenharia.

Já se tem como claro que essas medidas reduzem a evasão e formam melhores engenheiros para as demandas atuais da profissão.

A retomada do Pró Engenharia, baseado na proposta inicial de prioridade no combate à evasão nesses cursos é mais urgente do que nunca!